

Tim Marshall

# A era dos muros

Por que vivemos em um mundo dividido

Tradução:

Maria Luiza X. de A. Borges



## Introdução

O MURO NA FRONTEIRA DE ISRAEL com a Cisjordânia está entre os mais intimidadores e hostis do mundo. Visto de perto, não importa de que lado estejamos, ele se ergue do chão, avassalador e dominante. Diante dessa vastidão inexpressiva de aço e concreto, você se sente diminuído não apenas pelo seu tamanho, mas pelo que ela representa. Você está num lado; “eles” estão no outro.

Trinta anos atrás, um muro veio abaixo, marcando o início do que parecia ser uma nova era de abertura e internacionalismo. Em 1987, o presidente Ronald Reagan foi ao Portão de Brandemburgo, na Berlim dividida, e desafiou seu homólogo na União Soviética: “Sr. Gorbachev, derrube este muro!”. Dois anos depois, o muro caiu. Berlim, a Alemanha e, por fim, a Europa estavam unidos de novo. Naqueles tempos emocionantes, alguns intelectuais previram um fim da história. A história, entretanto, não termina.

Nos últimos anos, o apelo “Derrube este muro!” tem perdido para a “mentalidade de fortaleza”. Ele luta para ser ouvido, incapaz de competir com os assustadores picos de migração em massa, a reação violenta contra a globalização, a ressurgência do nacionalismo, o colapso do comunismo e os ataques do Onze de Setembro e suas consequências. Essas são as divergências que moldarão nosso mundo nos próximos anos.

Fala-se muito sobre o muro israelense, o muro na fronteira dos Estados Unidos com o México e outros na Europa, mas o que muita gente não compreende é que estamos construindo muros em fronteiras por toda parte. É um fenômeno mundial, no qual o cimento foi

misturado e o concreto assentado sem que a maioria de nós sequer notasse. Milhares de quilômetros de muros e cercas foram erguidos no século XXI. Pelo menos 65 países, mais de um terço dos Estados-nações do planeta, construíram barreiras ao longo de seus limites; metade das que foram erigidas desde a Segunda Guerra Mundial surgiram entre 2000 e agora.

Dentro de alguns anos, é possível que, só na Europa, haja mais quilômetros de muros, cercas e barreiras do que havia no auge da Guerra Fria. Eles começaram separando a Grécia e a Macedônia, a Macedônia e a Sérvia e a Sérvia e a Hungria, e, à medida que ficávamos menos chocados a cada trecho de arame farpado que surgia, outros seguiram o exemplo — a Eslovênia começou a construir na fronteira croata, os austríacos ergueram cercas na divisa com a Eslovênia, a Suécia construiu barreiras para impedir que imigrantes ilegais cruzassem a partir da Dinamarca, e a Estônia, a Letônia e a Lituânia iniciaram fortificações defensivas em suas fronteiras com a Rússia.

Mas a Europa não está sozinha: os Emirados Árabes Unidos construíram uma cerca ao longo da fronteira com Omã, e o Kuwait fez o mesmo com o Iraque. O Iraque e o Irã mantêm uma divisão física, assim como o Irã e o Paquistão — nada menos que setecentos quilômetros de separação. Na Ásia Central, o Uzbequistão, apesar de não ter ligação com o mar, fechou-se para os seus cinco vizinhos, Afeganistão, Tadjiquistão, Cazaquistão, Turcomenistão e Quirguistão. A fronteira com o Tadjiquistão é minada, inclusive. E a história continua, com as barreiras que separam Brunei e Malásia, Malásia e Tailândia, Paquistão e Índia, Índia e Bangladesh, China e Coreia do Norte, Coreia do Norte e Coreia do Sul e assim por diante, em todo o mundo.

Esses muros nos revelam muita coisa sobre política internacional, mas as ansiedades que eles representam transcendem as fronteiras dos

Estados-nações em que se encontram. O principal objetivo dos muros que estão surgindo por toda a Europa é deter a onda de migrantes — mas eles também são evidência de divergências mais amplas e instabilidade na própria estrutura da União Europeia (UE) e dentro de suas nações-membros. O muro proposto por Donald Trump ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México se destinava a estancar o fluxo de migrantes vindos do sul, mas também tirava proveito de um temor maior que muitos de seus defensores sentem de mudanças demográficas.

A divisão molda a política em todos os níveis — pessoal, local, nacional e internacional. Toda história tem dois lados, e assim também todos os muros. É essencial estar ciente do que nos separou — e do que continua a nos separar — para compreender o que está acontecendo no mundo hoje.

PENSE NO INÍCIO DA OBRA-PRIMA de ficção científica de Stanley Kubrick, de 1968, *2001: Uma odisseia no espaço*, na sequência intitulada “A aurora do homem”. Na savana africana, em tempos pré-históricos, uma pequena tribo de proto-humanos/símios está bebendo pacificamente num poço, quando outra tribo aparece. Os indivíduos não se importam de compartilhar a água com os membros do próprio grupo, mas não aceitam dividi-la com essa “outra” tribo nova. Segue-se uma disputa histórica, em que o novo grupo consegue controlar o poço, forçando os outros a baterem em retirada. Nesse ponto, se os recém-chegados tivessem o espírito prático de fazer alguns tijolos e misturar um pouco de cimento, poderiam ter murado sua nova propriedade e a protegido. Mas, uma vez que isso se passa alguns milhões de anos atrás, eles precisam lutar de novo quando a primeira tribo, mais bem preparada para a guerra, retorna alguns dias depois para recuperar o território.

Sempre gostamos do nosso espaço. Agrupar-se em tribos, temer a presença de um grande número de forasteiros e reagir ao que entendemos como uma possível ameaça são atitudes muito humanas. Formamos laços importantes para a sobrevivência, mas também para a coesão social. Desenvolvemos uma identidade de grupo, e isso frequentemente leva a conflitos com os outros. Nossos grupos competem por recursos, mas há também um elemento de conflito de identidade — uma narrativa do “nós contra eles”.

Nos primórdios da história da humanidade, éramos caçadores-coletores: não tínhamos nos assentado nem adquirido recursos fixos permanentes que outros pudessem cobiçar. Depois, em partes do que hoje chamamos de Turquia e no Oriente Médio, os seres humanos começaram a cultivar a terra. Em vez de vagarem por um vasto território para procurar comida, ou pastorear o gado, eles lavravam os campos e esperavam pelos resultados. De repente (no contexto da evolução), mais e mais pessoas precisaram construir barreiras: paredes e telhados para se abrigar e conter os rebanhos, cercas para demarcar o território, fortalezas onde se refugiar caso o território fosse invadido e guardas para proteger o novo sistema. Esses muros eram funcionais — e com frequência eficazes.

A era dos muros acabara de se instaurar, e essas grandes fortificações nos fascinam até hoje. Ainda contamos histórias sobre as muralhas de Troia, de Jericó, da Babilônia, de Constantinopla, a Grande Muralha da China, o Grande Zimbábue, a Muralha de Adriano, as muralhas incas no Peru e muitas outras. Elas atravessaram épocas, religiões e culturas até o presente — mas agora são eletrificadas, iluminadas com holofotes e vigiadas com câmeras de segurança.

No entanto, essas divisões físicas são um espelho das que existem na mente — as grandes ideias que guiaram nossas civilizações e nos deram identidade e senso de pertencimento, como o Grande Cisma do

Cristianismo, a divisão do islã em sunita e xiita, e, na história mais recente, as batalhas entre comunismo, fascismo e democracia.

O título do livro de Thomas Friedman, de 2005, *O mundo é plano*, baseava-se na crença de que a globalização iria inevitavelmente nos aproximar mais. Ela aumentou o comércio internacional: basta clicar um botão e alguém em Xangai embrulha uma coisa e manda para você — mas isso não significa necessariamente unidade. A globalização também nos incentivou a construir barreiras, sobretudo depois da crise financeira de 2008, quando o dinheiro acabou. Diante do que entendem como ameaças adicionais — terrorismo, conflitos violentos, refugiados, imigração, a crescente disparidade entre ricos e pobres —, as pessoas se fecham mais estreitamente em seus grupos.

A nova era de divisão em que nos encontramos é refletida e exacerbada por desenvolvimentos no mundo digital. O cofundador do Facebook, Mark Zuckerberg, acreditava que as redes sociais iriam nos unir. Mais tarde ele admitiu que estava enganado. Em alguns aspectos as redes nos aproximaram, mas simultaneamente deram voz e capacidade organizacional a novas tribos cibernéticas, algumas das quais passam o tempo vomitando invectivas e desavenças pela World Wide Web. Parece haver hoje tantas tribos e tantos conflitos entre elas como sempre houve. A questão que enfrentamos é: que forma nossas tribos modernas assumem? Nós nos definimos por raça, religião, nacionalidade? E é possível essas tribos coexistirem?

Tudo se reduz a esse conceito de “nós contra eles” e aos muros que construimos em nossas mentes. Às vezes o “outro” tem uma língua ou cor de pele diferentes, uma religião ou outro conjunto de crenças. Um exemplo disso ocorreu recentemente durante uma aula que ministrei em Londres, para um grupo de trinta destacados jovens jornalistas do mundo todo. Eu havia mencionado a guerra Irã-Iraque, em que nada menos que 1 milhão de pessoas morreram, e tinha usado a frase

possivelmente inábil “muçulmanos matando muçulmanos”. Um jovem egípcio pulou da cadeira e gritou que não podia permitir que eu dissesse aquilo. Mostrei as estatísticas daquela guerra terrível, e ele respondeu: “Sim, mas os iranianos não são muçulmanos”.

A ficha caiu. A maioria dos iranianos é xiita, por isso perguntei: “Você está dizendo que xiitas não são muçulmanos?”.

“Estou”, respondeu ele. “Xiitas não são muçulmanos.”

Essas cisões não se reduzem a competir por recursos, mas sim a uma reivindicação de que o que você pensa é a única verdade, e que os que têm ideias diferentes são pessoas inferiores. Com tal certeza de superioridade, os muros se erguem depressa. Se você adiciona competição por recursos, eles ficam mais altos. Parece que este é o ponto em que estamos agora.

Sob muitos aspectos, o mundo está melhor do que nunca. Nas últimas décadas, centenas de milhões de pessoas saíram da pobreza extrema; os índices de malária estão declinando; a poliomielite foi quase erradicada; a mortalidade infantil está diminuindo. Você preferiria viver no século XVI ou no XXI? Apesar de todo o seu poder e riqueza, a rainha Elizabeth I sofreu muito mais com intensas dores de dente do que a maioria das pessoas que vivem hoje no Ocidente jamais sofrerá. Mas estamos pondo grande parte desse progresso em risco. A era do pós-Segunda Guerra Mundial, que culminou na queda do Muro de Berlim, deu lugar a uma nova fase, na qual o centro do espectro político sofre cada vez mais pressão, enquanto os extremos se fortalecem. Não estamos necessariamente regredindo, mas, se quisermos avançar rumo à unidade, precisamos compreender, admitir — e em alguns casos até aceitar — as divisões que existem.

Para o objetivo deste livro, uso muros como sinônimo de barreiras, cercas e cisões em toda a sua variedade. Em cada capítulo, trato de

muros físicos de fato, a maior parte dos quais envolve tijolo e argamassa, ou concreto e arame, mas esses muros são o “o quê” da divisão, não o “porquê” — e são apenas o começo da história.

Não fui capaz de cobrir todas as regiões divididas. Em vez disso, concentrei-me nas que melhor ilustram os desafios de construção de uma identidade num mundo globalizado: os efeitos da migração (Estados Unidos, Europa, o subcontinente indiano); o nacionalismo como uma força tanto de unidade quanto de divisão (China, Reino Unido, África); e as interseções de religião e política (Israel, Oriente Médio).

Na China, vemos um Estado-nação forte com várias divisões dentro de suas fronteiras — tais como inquietação regional e disparidade na distribuição de riqueza — que representam um risco à unidade nacional, ameaçando o progresso e o poder econômicos; o governo, portanto, deve exercer controle sobre o povo chinês. Os Estados Unidos também estão divididos por diferentes razões: a era Trump exacerbou as relações raciais na Terra dos Livres, mas também revelou uma divisão até aqui incomparável entre republicanos e democratas, que se antagonizam mais do que nunca.

As divisões entre Israel e a Palestina estão bem estabelecidas, mas com tantas outras subdivisões dentro de cada população é quase impossível chegar a uma solução. Divisões religiosas e étnicas também desencadeiam violência em todo o Oriente Médio, destacando-se a luta fundamental entre muçulmanos xiitas e sunitas — cada incidente é o resultado de fatores complexos, mas grande parte deles se deve à religião, em especial à rivalidade regional entre Arábia Saudita e Irã. No subcontinente indiano, os movimentos populacionais, hoje e nos próximos anos, evidenciam o sofrimento dos que fogem de perseguição religiosa e dos muitos refugiados econômicos e climáticos.

Na África, está se provando difícil conciliar as fronteiras deixadas para



trás pelo colonialismo com identidades tribais que continuam fortes. Em toda a Europa, o próprio conceito da União Europeia está sob ameaça, à medida que os muros voltam a ser levantados, provando que as diferenças dos anos da Guerra Fria não foram inteiramente resolvidas e que o nacionalismo nunca desapareceu de fato na era do internacionalismo. E, com a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit deixa transparecer divisões em todo o reino — identidades regionais há muito estabelecidas, bem como as tensões sociais e religiosas mais recentes que se formaram na era da globalização.

Num tempo de medo e instabilidade, as pessoas continuarão a se agrupar para se proteger do que entendem como ameaça. Essas ameaças não vêm só das fronteiras. Elas podem também vir de dentro — como a China bem sabe...

CAPÍTULO 1

# O Grande Firewall

## China

Como o mundo real, o ciberespaço precisa tanto de liberdade quanto de ordem.

PRESIDENTE XI JINPING



1. A Grande Muralha da China tem mais de 21 mil quilômetros, estendendo-se aproximadamente ao longo da fronteira entre a China Central e a Mongólia Interior.

OS IMPERADORES CHINESES SEMPRE se esforçaram para unir seus feudos díspares e divididos num todo unitário. O presidente Xi Jinping não é diferente. Ele pode não ser um imperador, mas seus títulos oficiais entregam o jogo — secretário-geral do Partido Comunista Chinês, presidente da República Popular da China, presidente da Comissão Central para o Desenvolvimento Militar e Civil Integrado — a lista é interminável. Ele não é só um Líder Supremo, é um Líder Muito Supremo.

Tudo a respeito das coisas que ele lidera é vasto, inclusive os desafios. Os cinco fusos horários geográficos da China correspondem a uma área do tamanho dos Estados Unidos. Dentro desse espaço vivem 1,4 bilhão de pessoas etnicamente diversas, falando dezenas de línguas diferentes; é

um império multiétnico com características comunistas chinesas. Pode haver cinco fusos horários geográficos, mas só um é oficial. A resposta à pergunta “Que horas são?” é “A hora que Beijing disser que é”. Essa regra central está em vigor há muito tempo, mas o imperador do século XXI tem um luxo de que poucos de seus predecessores gozaram. Ele pode inspecionar seu império do ar — não apenas a área abrangida pelos Himalaias até o mar do Japão, e do deserto de Gobi até o mar da China meridional, mas agora o império econômico que abarca o globo.

Xi sabe projetar seu poder. Ele viaja mais do que muitos de seus predecessores. Visita as capitais do mundo, confiante no poder econômico unido da nova China, mas, a caminho do aeroporto, ele é lembrado do quão cuidadosos os líderes chineses devem sempre ser para assegurar que a autoridade central se mantenha firme. Para tanto, eles se tornaram mestres em promover silenciosamente a unidade por meio da divisão.

Quando se sai de Beijing pela Via Expressa do Aeroporto, em direção à Grande Muralha da China, a princípio é difícil para alguém de fora identificar as divisões dentro da população, mas logo elas ficam cada vez mais claras. Xi pode vê-las de imediato, porque muitas surgiram ao longo de sua vida, algumas sob sua liderança.

Partindo do centro da cidade, com seus templos ao consumismo reluzentes com letreiros de neon e seus prédios residenciais de luxo para a classe alta, a estrada segue por quilômetros de espigões de apartamentos habitados pela crescente classe média. Mais adiante estão os trabalhadores fabris e industriais que, ano após ano, continuam a afluir da zona rural para a capital e outras cidades grandes. Um morador local pode identificar quais prédios abrigam os ricos e quais foram construídos às pressas para fazer frente ao influxo. Uma vez que se chega às cidades pequenas e aldeias, há pouco neon e menos comércio.

Nessa parte da China, as cidades são sem graça, sem cor, aglomerações espartanas com poucos confortos; para o olhar estrangeiro, há somente uma esmagadora impressão de cinza. Essa é talvez a maior divisão da China — a que existe entre o espaço urbano e o rural, os ricos e os pobres —, e, como veremos mais tarde, ela preocupa o Partido Comunista no poder. Ele sabe que a unidade e a estabilidade da República Popular dependem em grande medida da redução dessa disparidade, e que sua mão de ferro sobre o povo vai perder a força se não conseguir alcançá-la.

A unidade sempre foi decisiva para o sucesso da China, e ao mesmo tempo é um de seus maiores desafios. No passado, a única coisa a desempenhar um papel ao mesmo tempo físico e simbólico na unificação do país era a Grande Muralha. Se continuasse pela Via Expressa para além do aeroporto, Xi acabaria numa rodovia de oito pistas que avança em direção ao nordeste, e, por fim, chegaria a uma estrutura que arrebatou a imaginação do mundo.

Quando você se aproxima da seção Mutianyu da Grande Muralha, a rodovia se reduz a uma simples estrada de duas pistas, os prédios escasseiam e a paisagem se torna cada vez mais verdejante. A alguns quilômetros da muralha, há um estacionamento, onde você deve pegar um ônibus que o levará ao ponto em que a estrada termina. Depois, ou você pega um teleférico ou embarca numa íngreme caminhada de mais de três quilômetros, possivelmente acompanhado por um rebanho de cabras. A companhia das cabras não é opcional — se elas quiserem segui-lo, irão, se não quiserem, não irão. Seja qual for o caminho que escolher, você por fim verá algo que faz todo o esforço valer a pena.

Quando olhei pela primeira vez para os quilômetros de alvenaria estendendo-se sinuosamente ao longo dos topos das montanhas, não fiquei tão impressionado quanto tinha ficado, digamos, no Grand Canyon. Nem me senti pequeno, como diante do edifício mais alto do

mundo, o Burj Khalifa, em Dubai. Não senti ideologia política emanando dela, como quando visitei o Muro de Berlim no auge da Guerra Fria. Mas havia alguma outra coisa. Senti, certa ou erradamente, que compreendia a China apenas um pouquinho melhor do que antes.

A experiência não me transformou em nenhum tipo de especialista — longe disso —, mas naquele momento tive uma apreciação muito melhor de expressões como “cultura antiga” e “o maior feito da história humana” e da noção de que muitos na República Popular ainda dividem o mundo entre os que são chineses e os que não são. Afinal, a muralha foi construída em torno de uma ideia simplista: de um lado dela estava a civilização e do outro a barbárie.

Atrás de mim, ao sul, estava o coração do Reino do Meio, habitado pelo povo han. Ao norte, muito ao longe, além das montanhas, ficava o ponto onde começam a estepe e o deserto da Mongólia, flanqueados à direita pela Manchúria e à esquerda pela região de Xinjiang.

Antes da construção da muralha, há cerca de 2500 anos, as montanhas setentrionais ofereciam alguma proteção aos han, que tinham desenvolvido sociedades estabelecidas nas terras férteis da planície do Norte da China. Mas grupos invasores e, ocasionalmente, exércitos inteiros de todas as três regiões sempre encontravam maneiras de atravessar os desfiladeiros da montanha e chegar às terras agrícolas planas dos Estados feudais e cidades como Beijing, Luoyang e Kaifeng. E assim, ao longo dos séculos, os chineses desenvolveriam o símbolo quintessencial e definitivo do “nós contra eles”.

O grande sinólogo americano John King Fairbank fez talvez uma das melhores descrições da Grande Muralha, ao chamá-la de “linha de demarcação que separa a estepe do campo semeado, o nomadismo da agricultura e o barbarismo da civilização”. E isso condiz com a atitude de “sinocentrismo” dominante na época — a crença de que a China era o centro cultural da Terra e a civilização mais avançada. Os han também

acreditavam que o imperador da China era o único soberano na Terra que recebia seu mandato do próprio céu, e, por conseguinte, o legítimo imperador do mundo. Seguia-se, portanto, que não só todos os outros soberanos lhe eram subordinados, mas que todas as outras civilizações eram inferiores. Vizinhos próximos de diferentes etnicidades deveriam ser postos sob o domínio do imperador, embora fosse permitido que tivessem seus próprios líderes locais. Estados bárbaros adjacentes podiam ter reis, mas tinham de reconhecer que eles eram inferiores ao imperador chinês. E até lugares mais distantes, como Xinjiang, Java e o Japão, eram considerados “Estados tributários” e eram obrigados a pagar tributo ao Reino do Meio. Essa não era uma visão de mundo destinada a ganhar amigos, mas certamente influenciava as pessoas e funcionou por um extenso período.

Ao longo dos séculos, a Grande Muralha aumentou a segurança da China, cingindo-a como uma entidade política e proporcionando estabilidade para o desenvolvimento de terras de cultivo nas regiões oeste e norte. À medida que se estendeu rumo ao oeste, a muralha também protegeu parte da Rota da Seda, promovendo assim crescimento econômico. Na sua maior extensão, e incluindo as muralhas paralelas, o sistema defensivo cobriu mais de 21 mil quilômetros. Para dar uma ideia de sua magnitude, isso equivale a quatro muralhas paralelas, todas se estendendo desde a costa leste dos Estados Unidos até o oceano Pacífico, com muito tijolo de sobra.

Embora o papel físico que desempenhava na união do país tenha diminuído com o passar dos anos, ela continuou sendo um importante símbolo na consciência nacional. Tanto que depois que os comunistas chegaram ao poder, em 1949, Mao Tsé-tung mencionou a muralha num poema sobre a Longa Marcha, intitulado “Monte Liupan”, que inclui os versos:

*Os céus estão altos, as nuvens estão pálidas,  
Vemos os gansos selvagens desaparecerem rumo ao sul.  
Se não conseguirmos alcançar a Grande Muralha não somos homens de verdade,  
Nós que marchamos mais de 10 mil quilômetros...*

O penúltimo verso foi mais tarde adaptado para um provérbio popular que diz: “Aquele que não consegue alcançar a Grande Muralha não é um herói”, o que significa: “Se você não é capaz de superar grandes dificuldades, não é um herói”.

O poema causou alguns problemas para o novo regime, pois os comunistas pareciam ter posições conflitantes a respeito da muralha — muitos a viam como um símbolo do passado feudal da nação e acreditavam que devia ser relegada à história, chegando até a encorajar as pessoas a vandalizá-la. Mas, uma vez que Mao escrevera sobre ela, outros comunistas queriam visitá-la para demonstrar “o espírito do presidente Mao”. Se você for à seção Mutianyu, poderá ver escrito em caracteres brancos gigantescos no topo da montanha: “Lealdade ao presidente Mao”. E a muralha foi mencionada no hino nacional, adotado em 1949, ficando claro, portanto, que o Partido reconhecia sua importância cultural e histórica. De modo geral, os comunistas se contentavam em ignorá-la — pelo menos num primeiro momento. Durante a Revolução Cultural, contudo, os guardas vermelhos mais ardorosos destruíram ativamente seções da muralha — para eles, ela era uma parte dos “Quatro Velhos”, que não tinham lugar na nova China: Velhos Costumes, Velha Cultura, Velhos Hábitos e Velhas Ideias.

Mao morreu em 1976, e com ele a Revolução Cultural. Após 1978, o novo líder, Deng Xiaoping, iniciou uma reconstrução metódica da muralha. Ele começou devagar — os primeiros anos pós-Mao exigiam cautela —, mas, em 1984, estava confiante o bastante para anunciar: “Vamos amar a nossa China e restaurar a nossa Grande Muralha”. Nesse



esforço particular, é provável que Deng estivesse de olho no turismo e no capital estrangeiro; a liderança comunista começava a abraçar aspectos do capitalismo e estava bem ciente do quanto tinha ficado para trás em relação a outras partes do mundo. E assim aprovaram-se leis para tornar ilegal danificar, remover ou pichar qualquer parte da muralha, ao mesmo tempo que se desenvolveram tentativas de reconstruí-la (nem sempre bem-sucedidas) e um esforço para atrair visitantes.

A Grande Muralha desempenhou um enorme papel na imaginação popular tanto dos chineses quanto do resto do mundo — embora alguns historiadores afirmem que os europeus eram mais obcecados por ela que os chineses, e que isso contribuiu, na própria China, para uma conscientização a respeito da estrutura e uma identificação com ela. Assim, a muralha foi instrumental na definição da China tanto no exterior quanto dentro de seu próprio território.

Na realidade, em termos militares, a muralha teve apenas um sucesso parcial. Não há dúvida de que seu sistema de alerta rápido, as fortificações e as fortalezas estratégicas ofereciam alguma proteção, mas, como vimos, estavam longe de ser inexpugnáveis. No entanto, seu papel como um símbolo de defesa, de separação entre os han e os “forasteiros”, foi inestimável; hoje ela continua sendo um ícone de uma cultura grande e antiga.

MAS O QUE DIZER DA CULTURA grande e moderna?

Qin Shi Huang, o fundador da dinastia Qin, conseguiu unir sete reinos beligerantes numa só China em 221 a.C., mas o simples fato de ela ter durado 23 séculos não significa automaticamente que durará mais um.

Os chineses não gostam de conversar com estrangeiros sobre os problemas ou as divisões do país. Enquanto você não precisa ir longe para encontrar alguém no Reino Unido ou na França, por exemplo, que lhe diga, com muito gosto, que seu país está indo para o buraco, na China é considerado antipatriótico e humilhante criticar o Estado. Além de arriscado, claro, uma vez que o país continua sendo uma ditadura unipartidária.

Existem, contudo, problemas e divisões nas 23 províncias, quatro municipalidades, cinco regiões autônomas e duas regiões administrativas especiais. Uma das mais significativas é a cisão entre a área central han e as áreas não han que a circundam, num semicírculo. A nordeste está a Manchúria; a norte, a Mongólia Interior; a noroeste, Xinjiang; e a oeste, o Tibete. Essas regiões são cruciais para a segurança, os recursos naturais e o comércio, mas não são todas favoráveis ao governo chinês. A Manchúria está agora inteiramente dominada pelos han, mas as outras regiões mantêm suas próprias identidades, línguas, costumes e, no caso de Xinjiang e do Tibete, suas próprias religiões (islã e budismo) e movimentos separatistas.



2. Distribuição da população han nas províncias da China (2010).

Por muitos séculos, a China tentou controlar Xinjiang e o povo uigur, mas a população nunca aceitou completamente o domínio de Beijing. Houve uma série de insurreições nos séculos XVIII e XIX e até uma efêmera República do Turquestão Oriental, nos anos 1930. Mao anexou então Xinjiang em 1949, e, hoje em dia, ele corresponde a cerca de um sexto do território chinês. Para dar uma ideia do quão árido e esparsamente povoado Xinjiang é, vale a pena ressaltar que a região tem cerca de metade do tamanho da Índia, mas menos de 2% de sua população.

Desde então, com o passar dos anos, o que se assistiu foi um movimento em massa de colonos han para Xinjiang, e dentro de alguns anos é provável que eles constituam quase metade da população atual de 22 milhões de habitantes. Isso não ocorreu sem resistência. Os

uigures se queixam de que são excluídos dos melhores empregos e perseguidos por milícias formadas dentro das indústrias de construção controladas pelo Estado, e, ocasionalmente, ocorrem rebeliões e conflitos étnicos. Por vezes, a oposição é conduzida de forma legal, mas há também uma pequena campanha terrorista, alimentada em parte por combatentes muçulmanos que retornaram do Iraque e da Síria. Supõe-se que organizações jihadistas nas repúblicas da Ásia Central os auxiliam com dinheiro e, se necessário, locais de refúgio. O sinal de alerta começou a soar quando o grupo terrorista Estado Islâmico (EI) divulgou um vídeo em que mostrava homens uigures treinando no Iraque, prometendo plantar sua bandeira na China e ameaçando fazer “correrios” de sangue.

Na primavera de 2017 houve uma explosão de violência étnica na área entre os uigures e os han. A isso se seguiu uma enorme demonstração de força por parte de tropas governamentais altamente armadas. O líder do Partido Comunista regional recomendou que os soldados “enterrassem os cadáveres dos terroristas no vasto mar da guerra do povo”. O presidente Xi foi um pouco mais contido, contentando-se com um apelo à construção de uma “Grande Muralha de Ferro” para proteger Xinjiang e lançando um aviso de que divisão étnica não seria tolerada — “Devemos amar a unidade étnica tal como amamos nossos próprios olhos”, disse ele. No início de 2018, a versão de Xi para essa unidade foi decretar que 1 milhão de funcionários do Partido Comunista seriam enviados para viver com famílias uigures locais. Os beneficiários dessas “visitas” forçadas são estimulados a dar sua contribuição para as relações étnicas fornecendo a seus “hóspedes” informações detalhadas sobre suas ideias políticas. É uma espécie de Bed and Breakfast chinês com o Ministério do Amor de Orwell, mas em que o Quarto 101 é a sua sala de estar.

Apesar da instabilidade, é pouco provável que Beijing alivie a mão de ferro. A região funciona como uma zona-tampão, está na nova Rota da Seda, sendo por isso crucial para o comércio, e tem grandes reservas de carvão de que a China faminta de energia tanto precisa. Mas, ainda assim, as autoridades estão seriamente preocupadas com os acontecimentos no local. Tais divisões e dissensão solapam a imagem do Partido Comunista como a única fonte de poder e como protetor do povo.

O mesmo pode ser dito do Tibete. Estrategicamente, ele serve como uma zona-tampão para o coração do país, impedindo que a Índia domine o terreno elevado ao longo da fronteira — pode-se dizer que os Himalaias funcionam como uma barreira, o que talvez seja a razão por que nunca surgiu um conflito maior entre as duas nações. Isso também permite à China proteger suas fontes hídricas — o Tibete é chamado às vezes de “Caixa-d’água asiática”, tal é o número de grandes rios que fluem a partir da região.

Se você medir o Tibete pelas três províncias tibetanas, ele tem cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, ou quase quatro vezes o tamanho da França, sendo assim equivalente a cerca de um quarto da área terrestre da China. Entretanto, quando Beijing se refere ao Tibete, está falando da Região Autônoma do Tibete, que foi estabelecida depois que a China derrotou o exército tibetano, em 1950. Ela tem menos da metade do tamanho das três províncias originais, pois o restante da área foi absorvido por outras regiões chinesas, e contém apenas um terço da população etnicamente tibetana da China.

Assim como os muçulmanos uigures, os budistas tibetanos conservam um forte senso de identidade separada dos chineses han. Para ambas as regiões, porém, já quase não há qualquer esperança de autogoverno. No Tibete, estima-se que metade da população agora é de han. É difícil obter números precisos, mas acredita-se que existam cerca

de 6 milhões de tibetanos e 6 milhões de han vivendo na área como um todo. Nas cidades maiores, eles vivem lado a lado, ainda que muitas vezes em bairros diferentes, embora nas áreas rurais os tibetanos continuem sendo maioria.

As divisões entre as etnias são algo que o Estado acredita conseguir controlar, desde que as que existem entre os próprios han sejam apaziguadas. E são precisamente essas divisões que podem representar a maior ameaça às perspectivas de prosperidade e união a longo prazo na China. É uma ameaça levada muito a sério pelo Partido Comunista. Ele aprendeu as lições da história e sabe o que acontece quando o Estado é enfraquecido por uma população fragmentada.

No século XIX, a China registrou uma grande mudança de rumo na maneira como seu comércio operava. As rotas terrestres de comércio que atravessavam a Ásia Central sempre tinham sido a prioridade econômica, mas a partir de então as vias marítimas haviam se tornado a rota principal. Essa reorientação não ocorreu inteiramente por escolha — os britânicos e outras potências internacionais tinham usado seu poderio militar para impor à China condições comerciais favoráveis. Em consequência disso, o foco do comércio se deslocou para a costa do Pacífico, o que ajudou as comunidades da região a se desenvolverem, mas enfraqueceu as perspectivas comerciais do interior, o que por sua vez reduziu a quantidade de dinheiro gasto na sua infraestrutura. Assim, enquanto as regiões costeiras prosperavam, os agricultores paupérrimos continuavam paupérrimos — e os estrangeiros se tornavam cada vez mais poderosos. Isso enfraqueceu a autoridade central sobre as regiões e foi parcialmente responsável pela fragmentação do Estado. Com uma população tão dividida, o centro não conseguiu resistir. Uma China agora completamente enfraquecida estava impotente em face, primeiro,

dos colonizadores “bárbaros” depois da guerra civil e, por fim, da invasão pelo antigo inimigo, o Japão, a partir de 1931.

Depois da Segunda Guerra Mundial, tendo vencido a guerra civil, os comunistas sabiam que precisavam reunificar o país de alguma forma. Os regimes comunistas não são conhecidos por suas tendências liberais ou pela complacência no que diz respeito às regras e ao compartilhamento do poder. Os estrangeiros foram expulsos, e os quadros do Partido foram para as capitais regionais. Sob a liderança de Mao, eles reprimiram brutalmente quaisquer sinais de dissensão nas regiões e centralizaram todo o poder no Partido sediado em Beijing, que, a partir de 1949, voltou a ser a capital do país.

Muitos dos vínculos comerciais com o mundo desenvolvido foram rompidos, o que resultou parcialmente naquele grande ideal comunista — igualdade. Com o tempo, as áreas costeiras se tornaram quase tão pobres quanto o interior, resolvendo esse desequilíbrio específico entre as regiões. Excetuando grande parte da hierarquia do Partido, a maioria das pessoas continuou pobre por várias décadas, enquanto Mao consolidava o poder e submetia os territórios não han ao seu controle.

Mao pode ter reunificado o país, mas isso se deu à custa do desenvolvimento, e exatamente no momento em que outras nações da região emergiam na economia mundial e evoluíam depressa. Japão, Coreia do Sul, Singapura e outros estavam todos ultrapassando a China em termos econômicos, alguns no campo militar também. Se essa tendência persistisse, iria ameaçar tanto a segurança defensiva da China quanto sua coesão interna, assim que ficasse evidente para todos o quanto os chineses tinham ficado para trás.

O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, respirou fundo e fez uma aposta: se os consumidores chineses eram pobres demais para comprar muitas das mercadorias que a China podia produzir, era preciso abrir a economia outra vez para o mundo exterior. Isso significava fazer

comércio pela costa do Pacífico, de modo que as regiões costeiras iriam voltar a prosperar mais rápido que o interior, com o risco de que se repetissem as divisões dos séculos XIX e XX.

Foi, e ainda é, uma corrida contra o relógio. É também uma estratégia que depende de uma política econômica que deve manter seu ritmo acelerado a qualquer preço. A China precisa continuar fabricando coisas. O mundo precisa continuar comprando essas coisas. Se a demanda cair, a China não pode se dar ao luxo, ao contrário de um sistema capitalista normal, de parar de fabricar essas coisas. Ela precisa manter a produção, manter as fábricas abertas, subsidiar os bancos; não importa o excedente — despejar alguns produtos no exterior a preços de queima total, vender ainda mais para a parte da população doméstica que tem dinheiro para comprar. Só não pode deixar o sistema parar, porque se isso acontecer o país inteiro pode parar também.

Essa é uma fascinante versão capitalista do velho sistema comunista soviético, que produzia tantos tratores quanto o governo lhe ordenava, independentemente de quantos fossem necessários. Ela tirou centenas de milhões de chineses da pobreza — à custa, porém, de danos ambientais e do crescimento renovado da disparidade entre a região costeira e o interior, os ricos e os pobres.





### 3. Distribuição da riqueza pelas províncias da China, PIB *per capita* (2010).

A diferença salarial entre trabalhadores rurais e urbanos se estreitou ligeiramente nos últimos anos, mas, mesmo nos dias de hoje, quem trabalha na cidade pode ganhar três vezes mais que um trabalhador rural. Os níveis da desigualdade de renda na China estão entre os mais elevados do mundo, levando a um sentimento de que a máquina de produzir riqueza serviu a poucos, não a muitos — ou, em gíria chinesa, “à família Zhao”, uma expressão idiomática similar a “os mandachuvas”. A expressão tem suas raízes populares num romance de 1921, *A verdadeira história de Ah Q*, de Lu Xun, que inclui a frase “Você acha que é digno do sobrenome Zhao?”, em referência a um clã abastado. A frase começou a aparecer na internet chinesa em 2015, e, hoje em dia, a expressão “Zhaos e não Zhaos” equivale a “os ricos e os pobres”.

Todos os países têm desigualdade de riqueza, e todos têm ditados semelhantes, mas a diferença na China é o tamanho dessa discrepância, e o imenso número de pessoas do lado errado dela. Um relatório de 2015 sobre o “bem-estar da população chinesa”, elaborado pelo China Family Panel Studies, da Universidade de Beijing, concluiu que no geral a desigualdade na distribuição de riqueza estava se agravando. Ele indicou que um terço da riqueza da China pertencia a 1% das famílias, ao passo que os 25% mais pobres possuíam apenas 1% da riqueza. A origem da disparidade pode ser encontrada na abertura da economia, em 1979.

O governo está bem ciente dos problemas e dos perigos que tal divisão pode gerar, ainda mais depois que uma enquete realizada na internet, em 2015, sugeriu que a desigualdade na distribuição de riqueza, com seus efeitos colaterais sobre a saúde e a educação, é a principal questão que as pessoas querem que o governo enfrente. Numa notícia sobre o relatório, o jornal *People's Daily* comentou: “Essas desigualdades estão crescendo continuamente. Se não forem resolvidas com eficácia, podem muito bem ameaçar a estabilidade social e tornar-se assim um obstáculo ao desenvolvimento social futuro”.

Há até uma cisão entre as gerações, com alguns idosos lembrando os dias de Mao e da “igualdade”. Eles olham com desconfiança para a geração mais jovem, cada vez mais urbana, mais bem-educada e consumista, ou pelo menos tentando ser. O futuro do Partido Comunista depende do que proporcionar a eles e vice-versa.

Não se pode permitir que as fissuras crescentes na sociedade chinesa se ampliem. Uma das maneiras pelas quais o governo pretende enfrentar o problema é criando uma população urbana consumidora muito maior, contrabalançando com isso os golpes à economia quando as exportações para o exterior diminuem. As estimativas variam, mas pelo menos 150 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais neste século e espera-se que

o número aumente. São as gerações mais jovens que estão deixando o interior, e, entre elas, há um número desproporcional de homens — homens casados às vezes viajam em busca de trabalho nas cidades, deixando a família para trás, cuidando do campo. Apesar disso, é fundamental lembrar que, mesmo hoje, cerca de 900 milhões de chineses vivem em áreas rurais e cerca de 500 milhões em ambientes urbanos.

A mudança foi rápida, e vai se acelerar. Em 2026, Beijing espera ter deslocado mais 250 milhões de pessoas, o que significa que, a essa altura, metade da população será urbana. Para alcançar isso, será necessário um desenraizamento em massa de populações, junto com a destruição de aldeias e a construção de cidades, megacidades, estradas e ferrovias de alta velocidade. A maior parte do movimento continua a ser do oeste para o leste, com o oeste ainda tendendo a ser mais rural e com índices de analfabetismo mais elevados; o leste, especialmente em direção ao litoral, é cada vez mais urbano e voltado para a tecnologia, a indústria e os negócios.

No entanto, a migração em massa para as cidades revela e exacerba outra disparidade no seio da população urbana, mais uma vez entre ricos e pobres. Ela foi criada pelo sistema *hukou*, uma forma de registro que está arraigada na estrutura social do país. O sistema foi uma das coisas que ajudaram a consolidar a percepção da população rural como cidadãos de segunda classe.

O sistema *hukou* é anterior à Grande Muralha, remontando à dinastia Xia (2070-1600 a.C.), que começou registrando todos os membros de todas as famílias. Em 1953, o Partido Comunista continuou usando o antigo sistema, mas também começou a classificar as pessoas como moradores rurais ou urbanos. Isso não foi apenas mais uma maneira de controlar todo mundo; destinava-se a impedir que as pessoas migrassem para as áreas urbanas, que não eram capazes de absorver o influxo na

época, e a evitar uma repetição das desigualdades entre zona rural e urbana do século anterior.

O sistema existe até hoje, e o nome de todas as pessoas, nomes dos pais, data de nascimento, cônjuge etc. devem ser registrados — o que é normal em muitos países. Mas, na China, o lugar onde você está registrado determina o lugar onde você vive e, crucialmente, onde você pode receber ajuda do Estado e de que forma. As principais divisões surgem nas categorias local versus não local e agrícola versus não agrícola.

Digamos que sua família esteja registrada como não agrícola em Xangai. Isso lhe dá acesso imediato a uma ampla gama de serviços de saúde e educação na cidade. Por exemplo, segundo um artigo publicado na *China Economic Review*, o financiamento por aluno em Beijing, em 1998, era doze vezes maior que na província de Guizhou, uma proporção que aumentou para quinze em 2001. Por outro lado, se sua família estiver registrada como agrícola numa região rural a mais de mil quilômetros a oeste de Xangai, as escolas a que você terá acesso estarão muito abaixo do padrão das de Xangai, e o leque de serviços sociais será igualmente limitado. Além disso, seu ofício consistirá em trabalho extenuante, que às vezes resultará apenas em agricultura de subsistência.

Assim, você se muda para Xangai para procurar trabalho numa fábrica. Seu salário será imediatamente mais alto, e você talvez seja capaz de mandar algum dinheiro para casa. Mas estará registrado como “agricultor rural”, por isso não se qualificará para a previdência social ou a assistência médica em Xangai. Se você se casar e tiver um filho, seu registro também não permitirá que seu filho seja educado em Xangai. Isso resultou numa enorme classe marginal de trabalhadores migrantes vindos de áreas rurais que estão agora parcialmente excluídos dos serviços sociais. Eles eram cidadãos de segunda classe na zona rural, e agora descobriram que são vistos como tal também nas cidades.

Para resolver o problema, o governo precisa enfrentar um dilema. Uma opção é iniciar uma revolução no financiamento social da zona rural e trazer as áreas rurais para os padrões das cidades. Mas isso não só custaria vastas somas de dinheiro como também poderia manter as pessoas na zona rural, quando o governo sabe que ainda precisa criar uma população urbana consumidora para que sua política econômica funcione. Pior ainda, alguns dos que já estão nas cidades poderiam optar por voltar para casa. Caso isso aconteça, o milagre econômico vai por água abaixo, o desemprego dispara e a desordem social vem em seguida.

Beijing precisa equilibrar as contas de alguma forma. Precisa financiar um sistema *hukou* nas cidades para os que vieram das áreas rurais, aumentando também ao mesmo tempo o financiamento dos serviços sociais em geral, à medida que as cidades continuam a crescer — depois, de algum modo, idealmente de maneira simultânea, elevar os padrões na zona rural enquanto continua estimulando o movimento para as áreas urbanizadas, de preferência criando novas cidades no interior.

Esse é um grande desafio, e a forma de enfrentá-lo não é simples; afora a enorme despesa, a criação de tantos novos ambientes urbanos, espalhados por todo o país, é um desafio logístico. Beijing está flertando com a ideia de conceder aos governos regionais mais poder para tributar em nível local, aumentar as receitas por meio da venda de terrenos e gastar os lucros como julgar conveniente. Talvez funcione. Mas, se fracassar, Beijing terá de socorrer os governos locais. E, mesmo que dê certo, poderia alimentar o que o Partido mais receia — o regionalismo.

Deng parecia saber que sua aposta daria lugar a muitas dessas questões. Numa entrevista famosa, em 1986, Mike Wallace, da CBS News, perguntou ao líder comunista, então com 82 anos, sobre a surpreendente frase atribuída a ele no final dos anos 1970, em que dizia que “enriquecer é glorioso”. Deng respondeu:

De acordo com o marxismo, a sociedade comunista se baseia na abundância material... portanto enriquecer não é pecado. Contudo, o que entendemos por enriquecer é diferente da sua concepção. A riqueza numa sociedade socialista pertence ao povo. Enriquecer numa sociedade socialista significa prosperidade para todo o povo. Os princípios do socialismo são: primeiro, desenvolvimento da produção, e, segundo, prosperidade comum. Permitimos que algumas pessoas e algumas regiões fiquem prósperas primeiro, com o objetivo de alcançar a prosperidade comum mais depressa. É por isso que nossa política não levará à polarização, a uma situação em que os ricos ficam mais ricos, enquanto os pobres ficam mais pobres.

Ele estava em parte certo e em parte errado. Em parte errado porque os ricos ficaram mais ricos, mas em parte certo porque, apesar da vasta disparidade na igualdade, os pobres não ficaram mais pobres — na verdade, muitos ficaram mais ricos.

A China criou uma classe média de cerca de 400 milhões de pessoas e tirou outras centenas de milhões da pobreza extrema. É um trabalho em andamento, e não podemos excluir a possibilidade de as coisas desandarem, mas há um número suficiente de chineses que ainda são capazes de lembrar de quão pobres a maioria das pessoas era antes, e que quase não havia possibilidade de escapar dessa pobreza — afinal, em sua maioria, os avós dos adultos já mais velhos de hoje eram camponeses numa sociedade feudal. Isso dá ao Partido um pouco mais de tempo para tratar do problema, mas se ele não conseguir reduzir a desigualdade na distribuição de riqueza logo, um dia o ressentimento dos “não Zhaos” vai crescer.

Outro problema que o governo enfrenta é o do envelhecimento da população. Isso não é exclusivo da China, claro. Mas é uma questão particularmente importante para o país por causa da política do “filho único”, que significa que a população está envelhecendo mais depressa que em outros países. Em menos de uma década, o número de idosos

passará de 200 milhões para 300 milhões. Será que o governo está preparado para tal mudança na demografia? Sua política econômica tem dependido de uma força de trabalho jovem e abundante. Proporcionalmente, esse grupo de trabalhadores — e de contribuintes — disponíveis vai diminuir justo no momento em que os encargos financeiros de cuidar de uma população envelhecida aumentarem, pondo o progresso econômico em risco.

Mais uma vez, a solução não é clara. Uma opção é elevar a idade para a aposentadoria em cinco anos, mas isso apenas adia o problema, e nesse meio-tempo cria outro: os recém-formados que o sistema universitário está produzindo querem emprego; o desemprego e a estagnação na carreira já são dificuldades, e vão só piorar se a geração mais velha se aposentar mais tarde. A alternativa é assegurar que os serviços sociais possam fornecer aposentadorias e abandonar a política do “filho único”. Esta última medida foi tomada em 2015, mas o governo ainda está procurando maneiras de financiar a primeira.

Essas são as múltiplas divisões que fervilham dentro da população han, todas representando uma ameaça potencial ao governo, caso se agravem. As autoridades precisam conservar o controle sobre o coração da China se quiserem manter sua política econômica nos eixos e as regiões periféricas sob seu jugo. A solução tem sido monitorar o fluxo de informação, para evitar que ideias discordantes se espalhem e impedir que a oposição se consolide. É preciso dividir para unir; e assim, na era da internet, surgiu o Grande Firewall da China.

Isso cria políticas contraditórias: suprimir informação ao mesmo tempo que se cria uma economia vibrante cada vez mais baseada na troca de dados tanto dentro do país como com o mundo exterior. Nos primórdios da internet, isso não era problema para um governo determinado a proteger sua posição como única fonte de poder e informação da China. O acesso era limitado, de modo que toda a

comunicação interna de massa era controlada pelo Estado, e era fácil monitorar, tanto física quanto eletronicamente, as poucas lan houses ou universidades conectadas à internet que havia. Até 2005, só 10% da população tinha acesso à internet. Hoje, contudo, esse número chega a 50% — e está crescendo. São cerca de 700 milhões de usuários, o que é aproximadamente um quarto da população on-line mundial. E isso é mais difícil de controlar.

Manter os chineses digitalmente desconectados do mundo exterior tem sido mais fácil do que separá-los uns dos outros. O que o mundo exterior chama de o Grande Firewall é conhecido na China como o “Escudo Dourado”. Espera-se que esse firewall voltado para o exterior proteja a população chinesa de ideias perniciosas tais como democracia, liberdade de expressão e cultura livre. Embora seja possível contornar o firewall com soluções alternativas, como serviços de rede virtual privada (VPN, na sigla em inglês), projetados para cavar túneis sob a muralha, a maior parte do povo chinês não tem acesso a sites como *Time*, *Dropbox*, *The Economist*, Facebook, YouTube, Anistia Internacional, *The Tibet Post*, *The Norwegian Broadcasting Company*, *Le Monde* ou Pornhub.

Enquanto isso, os muros internos impedem o surgimento de redes cibernéticas potencialmente políticas e mantêm o que está acontecendo numa parte do país — em Xinjiang, por exemplo — longe do conhecimento das outras regiões. O principal temor do Partido é que as redes sociais sejam usadas para organizar grupos com ideias semelhantes que poderiam promover manifestações em locais públicos, o que por sua vez poderia levar a uma insurreição pública.

Roger Creemers, pesquisador de direito e governança na China, da Universidade de Leiden, na Holanda, é um dos maiores especialistas na internet chinesa. Segundo ele, o mundo exterior não compreende plenamente a atitude do governo chinês em relação à revolução digital:



“Eu diria que, em comparação, nós costumamos ver a internet através de uma lente cor-de-rosa, um lugar onde todos são livres, onde há liberdade de informação, democracia etc. A China, desde o início, foi sempre muito mais cética. Eles achavam que a nova tecnologia teria novas consequências e que precisaríamos lidar com elas. Quando os chineses falam de *wangluo anquan* — segurança cibernética —, não estão falando só de integridade tecnológica [proteger o sistema físico, os cabos de energia, por exemplo, de dano] ou de cibercrime. Eles estão se referindo a toda a influência que a tecnologia da internet pode ter na desestabilização econômica e social. Assim, coisas que nós talvez não veríamos como segurança cibernética, boatos on-line, por exemplo, eles veem”.

Os chineses são líderes mundiais no controle da esfera digital. Claro que é mais fácil implementar isso na China do que no Ocidente, já que se trata de uma ditadura. É muito mais difícil para sociedades abertas exercerem o mesmo nível de controle, e, embora isso seja uma força para as democracias, é também uma fraqueza — uma fraqueza que a Rússia tentou explorar.

Sob o presidente Putin, a Rússia passou vários anos tentando solapar seus oponentes a partir de dentro. O exemplo clássico é o canal de televisão RT, antes conhecido como Russia Today, com transmissões em inglês, francês, espanhol e árabe. A audiência do canal de televisão é baixa, mas nas redes sociais a emissora também posta vídeos, em seis línguas diferentes, que atraem um número maior de espectadores. Parte da produção da RT é equilibrada, mas há uma clara influência do Kremlin em boa parte do conteúdo. Reportagens sobre pequenos atos de corrupção ou manifestações de pequena escala em Estados estrangeiros são transformadas em assuntos de extrema importância, dando a impressão geral de que são países em declínio, corruptos e

instáveis. À RT, podemos acrescentar agências de notícias como a Sputnik e outros meios de comunicação. Mais recentemente, vimos a ascensão dos *bots* de Twitter e de contas aparentemente aleatórias nas redes sociais que espalham desinformação direcionada e tumultuam o discurso on-line, explorando intencionalmente os preconceitos das pessoas. Juntos, eles ajudam o Kremlin a separar os países ocidentais uns dos outros e buscam enfraquecer a confiança de suas populações no Estado.

A China também atua na “mídia de mensagens”, mas parece menos agressiva em impelir essas mensagens aos rivais. O que ela faz, porém, é procurar se proteger de mensagens do exterior. O país tem suas próprias versões de empresas como Google, Facebook e Twitter, na forma de Baidu, Renren e Weibo, mas elas são intensamente monitoradas. O nível de censura varia entre as regiões; por exemplo, no Tibete e em Xinjiang os firewalls são mais altos e mais profundos. Um universitário em Xangai pode se safar usando uma VPN para acessar uma fonte de notícias estrangeira proibida, mas se estivesse na capital uigur de Ürümqi provavelmente receberia um convite para discutir a tecnologia na sede da polícia municipal. Há maneiras de rastrear quem está usando VPNs e por que razão, e o Estado quer saber tudo a esse respeito. Ele sabe que algumas empresas domésticas e estrangeiras, e de fato alguns indivíduos, usam a tecnologia para fins de negócios, situações para as quais, em geral, faz vista grossa. Mas, em 2009, ativistas uigures conseguiram acesso ao Facebook, e a origem dos incessantes problemas legais da empresa na China pode ser atribuída a esse incidente.

Até 2013, uma sucessão de startups de plataformas de mídia viu as oportunidades de negócios que a internet oferecia, e algumas se tornaram bastante populares, mas acabaram em apuros e foram proibidas. Em agosto de 2015, por exemplo, o site de notícias Initium

Media foi lançado em Hong Kong. Apenas uma semana mais tarde, houve uma explosão numa fábrica de produtos químicos na cidade nortista de Tianjin. Repórteres da Inition conseguiram passar pelos cordões de isolamento e descobrir que 173 pessoas tinham morrido, e continuaram a cobertura, informando sobre as conexões de alto nível do proprietário da fábrica. Dias depois, sem nenhum anúncio oficial, o site foi bloqueado na China continental, o que obrigou a empresa a mudar seu modelo de negócio e a se concentrar em alcançar chineses fora da China — um mercado um pouco menor.

As autoridades ficaram particularmente alarmadas em 2010, quando os smartphones se tornaram acessíveis e as pessoas passaram a ter capacidade de espalhar informação de maneira fácil e rápida, o tempo todo. Por isso, como o dr. Creemers explica, a liderança recorreu a várias políticas e regulamentos para empurrar as redes sociais para a esfera privada: “Por exemplo, tentaram assegurar que a plataforma Weibo [microblog] se tornasse menos popular, mas que o WeChat fosse amplamente promovido. Por quê? Porque o WeChat não é público: se você posta alguma coisa dentro do seu grupo de chat, aquilo não é compartilhado com muita gente, e o que é compartilhado, é compartilhado num ritmo mais lento. Isso faz com que seja mais fácil de monitorar — é dividir para conquistar”.

A nova legislação chinesa de segurança cibernética, que entrou em vigor em 2017, tornou os muros mais altos que nunca, metaforicamente falando. A legislação, formulada para assegurar “soberania digital”, inclui leis generalistas clássicas, criadas para significar aquilo que o Partido entender que significam. Por exemplo, se uma empresa estrangeira estiver envolvida em qualquer parte da estrutura chinesa de informação crítica, ela deve armazenar toda a sua informação em bancos de dados dentro da China. O que constitui “crítico” não ficou definido. Essa informação pode ser acessada pelo governo e não pode ser enviada

para fora da China sem ser verificada pelos serviços de informação. Empresas de redes sociais estrangeiras e domésticas devem conservar todos os detalhes de registro de aspirantes a usuários, depois rastrear e registrar toda a atividade on-line deles por pelo menos seis meses e estar preparadas para entregar esses dados se o governo o solicitar. A linguagem legal é tão vaga que, teoricamente, qualquer empresa estrangeira que tenha escritórios na China poderia ser obrigada a armazenar qualquer informação que possua sobre um cidadão chinês dentro da China. A empresa deve também concordar em auxiliar ativamente qualquer investigação sobre seu armazenamento de dados pelo governo.

Tudo isso custa dinheiro, que as empresas domésticas prefeririam estar gastando em outras coisas e que as empresas estrangeiras poderiam se furtar a gastar. Com a preocupação adicional sobre o risco para a sua “propriedade intelectual”, firmas de TI e de novas tecnologias, em especial, poderiam decidir investir num ambiente de negócios mais benigno. Embora isso possa teoricamente liberar espaço para que empresas domésticas se desenvolvam, elas são estorvadas pela restrição ao livre fluxo de informações e ideias. Mesmo antes da legislação de 2016, o *Washington Post* relatou que, segundo a Câmara Americana de Comércio na China, quatro de cada cinco de suas companhias associadas tinham experimentado um impacto negativo nos negócios devido aos regulamentos e à censura na internet.

O dr. Creemers descreve o Partido como “a empresa suprema de gestão de riscos”, sempre monitorando o horizonte em busca de quaisquer sinais de agitação política. Ele acredita que, quando a internet chegou à China, as autoridades levaram alguns anos para descobrir como lidar com ela, mas agora sabem muito bem onde concentrar seus esforços:

A tática mais importante que o governo desenvolveu consiste em evitar oposição organizada. Eles não permitem a materialização de interesse transversal. Acreditam que devem manter as pessoas divididas, para que elas não possam se organizar ao longo das faixas de classe, região ou do que quer que seja. Os meios de comunicação tradicionais eram organizados de modo a serem limitados; por exemplo, jornais profissionais para a indústria do aço que só escreviam sobre aço, jornais locais que só noticiavam sobre sua região. Assim, mesmo que um meio de comunicação saísse da linha, o dano era limitado. A internet estragou esse modelo. Pela primeira vez na história recente, indivíduos chineses têm acesso às ferramentas da comunicação de massa, e houve alguns anos em que a internet ficou fora de controle. Algumas pessoas acham que o governo é paranoico; não tenho tanta certeza, acho que eles estão seriamente conscientes de tudo.

Ciente dos riscos crescentes para seu monopólio sobre o poder, o presidente Xi conduziu pessoalmente o esforço de revisão da estratégia cibernética da China, ordenando que os grupos que a elaboraram se reportassem diretamente a ele. Para o presidente, a propagação da comunicação é uma ameaça potencial, por isso a censura começa no topo.

Xi é o primeiro líder chinês a chegar ao poder plenamente ciente do potencial da internet. Desde que assumiu o cargo, em 2013, ele supervisionou pessoalmente todas as estratégias cibernéticas chinesas, tanto internas quanto externas. Todos os grandes departamentos cibernéticos do governo se reportam diretamente a um comitê que ele preside. Ele usou esse poder não só para conceber as políticas, mas também para ajudar a criar uma espécie de “culto da personalidade” em torno de sua pessoa. O Partido até lhe “outorgou” o título de “líder central”, o que o põe num panteão antes ocupado somente por Mao e Deng, e indica algo próximo do poder absoluto. O rosto do líder central está agora por toda parte na China, olhando para você a partir de

outdoors, em escritórios e em milhões de produtos à venda em lojas para turistas em todo o país, de Beijing e Xangai à Grande Muralha.

No XIX Congresso Nacional do Partido Comunista, no final de 2017, o presidente consolidou ainda mais o seu poder. Ele assegurou que seus apoiadores fossem eleitos para o politburo, e eles por sua vez promovem o conceito de “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era”. Essa foi a primeira vez desde Mao que as ideias de um líder foram promovidas como “pensamento”, o que, em termos chineses, é o ponto mais alto a que um líder pode chegar. Ele continuou esse movimento em março de 2018, permitindo a remoção do limite de dois mandatos para o exercício da presidência, o que em teoria lhe permite ser presidente vitalício.

UMA OUTRA DIVISÃO DIGITAL se dá entre a minoria de chineses que fala inglês e os que não falam. Digite “Praça Tiananmen, revolta, tanque” na caixa de busca do Baidu em alemão e você possivelmente receberá de volta um link, em alemão, para os acontecimentos de 1989. Digite as mesmas palavras em chinês e provavelmente verá: “Em conformidade com as leis, regulamentos e políticas relevantes, alguns resultados não são exibidos”, ou, se tiver sorte, verá uma bela fotomontagem de uma das maiores atrações turísticas do mundo.

David Bandurski, codiretor do China Media Project, notou a introdução de um novo termo sendo usado pela Administração do Ciberespaço da China — “energia positiva”. Segundo ele, é um eufemismo para conteúdo considerado aceitável para as autoridades, mas alguns estudiosos chineses estão “preocupados com a possibilidade de uma repressão aos ‘direitistas’ sob o pretexto de promover ‘energia positiva’”. Até 2016, o chefe da administração era Lu Wei, um homem que compreende o poder da informação. Wei tinha galgado degraus na

hierarquia da agência de notícias Xinhua antes de assumir seu papel no ciberespaço. Em seguida, foi promovido a subdiretor do Departamento de Publicidade do Partido Comunista da China, o que em essência significa subchefe de todo o controle dos meios de comunicação no país. Foi Wei que disse que seu país tinha “cibergovernança com características chinesas”, ecoando a frase de Deng “socialismo com características chinesas”. Wei acrescentou que seu país era “muito hospitaleiro ao mundo exterior, mas posso escolher quem convido para a minha casa”.

A censura à internet restringe o potencial econômico da China. O país ainda é o líder mundial em comércio eletrônico, com vendas a varejo digitais que correspondem a quase 40% do total global, mas vendas a varejo pela internet e inovação são duas coisas diferentes. A China quer não apenas criar um mercado interno muito maior mas também fabricar produtos de alta qualidade e desenvolver tecnologia de ponta. Ela está muito consciente de que, embora os iPhones sejam fabricados no país, o design e a tecnologia vêm de muito longe, do Vale do Silício.

Esse é um preço que o governo acredita que vale a pena pagar por enquanto; faz parte do jogo de equilíbrio e da aposta no tempo. O Partido Comunista precisa assegurar que pode alimentar 1,4 bilhão de pessoas, encontrar trabalho para elas, encontrar coisas para elas fabricarem e encontrar mercados nos quais vender essas coisas. Ao mesmo tempo, acredita que deve aniquilar a possibilidade de qualquer oposição organizada, seja ela representada por estudantes amantes da democracia, tibetanos desejosos de independência, religiosos praticantes de Falun Gong ou mesmo por expressões artísticas de liberdade. Se isso significar conter o livre fluxo de informação em detrimento do milagre econômico, que assim seja.

Qin Shi Huang só derrubou as muralhas internas dos Estados beligerantes depois de estar confiante em sua capacidade de mantê-los

unidos. Mais de 2 mil anos depois, o poder da liderança e a unidade dos han e da nação ainda vêm em primeiro lugar. Mesmo que essa unidade seja alcançada por meio de uma muralha digital que separa a China do resto do mundo e que divide a si mesma.



CAPÍTULO 2

# Construam o muro!

## Estados Unidos

Mostrem-me um muro de quinze metros,  
e eu lhes mostrarei uma escada de dezesseis.

JANET NAPOLITANO, ex-secretária de Segurança Interna dos  
Estados Unidos



4. Parte da barreira existente ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México, separando Ciudad Juárez, no México, de Sunland Park, no Novo México.

NO DIA SEGUINTE À ELEIÇÃO de Donald Trump como o 45º presidente dos Estados Unidos,\* a comentarista neoconservadora Ann Coulter publicou um “cronograma detalhado” meticulosamente planejado das prioridades para seus primeiros cem dias no cargo. Ela começou com: “Dia 1: começar a construir o muro”. Depois avançou para: “Dia 2: continuar construindo o muro”. E assim por diante: “Dia 3: continuar construindo o muro. Dia 4: continuar construindo o muro”. E seguiu até: “Dia 100: informar o povo americano sobre o progresso do muro. Continuar construindo o muro”. Isso pode parecer engraçado, um misto de fanfarrice e jornalismo caça-cliques, e deve ajudá-la a pagar o financiamento da casa, mas é improvável que Coulter fosse ingênua o bastante para achar que iria acontecer. E, claro, não aconteceu.

Trump passou meses prometendo construir um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México para ajudar a refrear a imigração ilegal para o país. Embora ele pareça sobretudo “consultar seu próprio gênio” (para usar a frase francesa sobre o presidente Giscard d’Estaing), mesmo antes de entrar na Casa Branca ele foi informado do custo da construção do muro, da oposição política a ele e, de igual importância, do terreno no qual o muro deveria ser construído. Os discursos sobre “um muro, um grande e belo muro” surtiam bom efeito junto a seu núcleo de apoio, mas essa é uma base pobre para um projeto de engenharia tão grande, e os planos em sua cabeça logo se chocaram com um muro de realidade — e com a areia movediça de Washington, d.c.

Semanas depois da eleição de Trump, senadores republicanos conservadores, como Lindsey Graham, já estavam se apressando para sair dessa areia movediça. Graham, um dos mais inteligentes operadores do Capitólio, começou a dizer que a palavra “muro” era um “código para melhor segurança na fronteira”, como se os discursos do presidente tivessem sido pronunciados no estilo das transmissões codificadas da rádio BBC para a Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial: “Aqui é Londres! Jean tem um bigode comprido”.

Não era um código; Trump tinha até especificado que o muro seria construído com pranchas de concreto pré-moldadas com uma altura média de nove metros. Entretanto, fazer de conta que era um termo metafórico foi um truque linguístico muito útil para permitir que o Partido Republicano fosse em frente sem muitos danos. Em seguida, o presidente assinou uma lei de 1,1 trilhão de dólares para financiar os gastos do governo durante o restante do ano fiscal. Os fundos reservados para o muro totalizaram zero. Esse é talvez o mais famoso muro inexistente do mundo. Mas mesmo que ainda esteja por ser construído, é um símbolo poderoso de como a divisão impeliu, e

continua a impelir, o colosso cultural e político que são os Estados Unidos.

Mas não seria a falta de financiamento que iria deter o presidente. A Agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos fez uma licitação para a construção do muro de Trump, estipulando que a barreira deveria ser forte o suficiente para resistir a golpes de até quatro horas de “marreta, macaco de carro, picareta [...] propano, butano ou outras ferramentas manuais semelhantes”. Outras regras indicavam que ele deveria ser “fisicamente imponente em altura” e “impossível de escalar”. As aproximadamente duzentas propostas apresentadas foram interessantes.

Uma delas veio de um tal Rod Hadrian, da Califórnia, que ignorou o sucesso limitado de seu xará, o imperador Adriano, em impedir a invasão de hordas estrangeiras. Outra, da Clayton Industries, sediada em Pittsburgh, disse ter a solução — uma cerca de arame do lado mexicano da fronteira, e um muro do lado americano. Entre os dois, haveria uma trincheira com resíduos nucleares. De Clarence, em Illinois, a Crisis Resolution Security Services enviou um projeto que era uma cópia da Grande Muralha da China, incluindo os torrões e os muros ameaçados. Ela consistia de um muro duplo de concreto, de oito metros de altura, construído sobre um banco elevado de terra batida de nove metros de largura. Ao longo do topo haveria um caminho para pedestres, como na Grande Muralha da China, mas o fundador da empresa, Michael Hari, também via potencial para ciclismo ao longo do muro e sua transformação numa atração turística. Hari, um ex-subdelegado, afirmou ter compaixão pelas pessoas que tentam entrar nos Estados Unidos ilegalmente, mas disse que tinha apresentado o projeto por razões patrióticas, declarando ao *Chicago Tribune*: “Veríamos o muro não apenas como uma barreira física à imigração, mas também como um

símbolo da determinação americana em defender nossa cultura, nossa língua, nossa herança, de todos os estrangeiros”.

Este é o cerne da questão. Muros podem reduzir travessias ilegais, embora essa barreira fronteiriça em particular seja especialmente porosa, mas eles fazem mais do que isso — fazem as pessoas que “querem que alguma coisa seja feita” acharem que alguma coisa está sendo feita. Como diz o dr. Reece Jones, da Universidade do Havaí e autor de *Violent Borders*: “Eles são símbolos poderosos de ação contra o que se entende como um problema”. A Grande Muralha da China pretendia separar o mundo civilizado dos bárbaros. O muro de Trump pretende separar americanos de não americanos. É o conceito de nação que une os americanos — e agora, para alguns, o muro de Trump significa a preservação e a inviolabilidade desse conceito. Ele endossa a ideia de tornar a “América Grande Novamente” e simboliza o apoio que existe para colocar a “América em Primeiro Lugar”.

Todos os países têm divisões. Os Pais Fundadores dos Estados Unidos sabiam disso e tentaram estabelecer uma só nação sob Deus, com igualdade para todos. As falhas do período inicial, notadamente a escravidão, são bem conhecidas, mas, após uma história conturbada, os Estados Unidos se tornaram, em termos constitucionais e legais, um país livre, que protege os direitos e a igualdade de seus cidadãos e se empenha em romper as divisões internas. Isso é por si só um feito notável: a igualdade na lei é uma base forte para se alcançar a igualdade na prática.

Um dos ideais do país é que todos os seus cidadãos são definidos como americanos, uma população ligada por valores compartilhados, e não por raça, religião ou origem étnica. O lema que a águia segura no bico no Grande Selo dos Estados Unidos diz: “*E pluribus unum*” (entre muitos, um). Mais do que a maioria dos países, os Estados Unidos conseguiram, ao menos em parte, misturar povos do mundo inteiro

numa nação. No Líbano ou na Síria, por exemplo, a identidade nacional é bem menos importante do que a identidade étnica, religiosa ou tribal. Contudo, não é preciso procurar muito na reluzente “cidade na colina” para ver que algumas partes dela estão longe de ser brilhantes e outras estão cobertas de ferrugem.

Cada muro conta sua própria história. A barreira saudita ao longo da fronteira iraquiana é funcional, e funciona. Ela não constitui uma evidência da desconfiança saudita em relação ao “outro”, porque do outro lado da fronteira os “outros” são em sua maioria da mesma religião, língua e cultura que as pessoas no reino. Com os Estados Unidos é diferente. É a “alteridade” dos que estão entrando no país, e o medo de que eles poderiam diluir o que alguns entendem como cultura “americana”, que torna o muro tão importante para seus defensores. Para os que se opõem a ele, o muro vai de encontro aos valores americanos de liberdade, igualdade e uma América para todos. A controvérsia sobre o muro chega ao cerne do debate sobre quem pode definir o que significa “americano” no século que se inicia.

SEGUNDO O DEPARTAMENTO DO CENSO dos Estados Unidos, em 2015 havia 27,5 milhões de pessoas no Texas, 38,8% das quais eram hispânicas. Estudos do Pew Research Center, um *think tank* não partidário, sugeriram que, em 2014, havia 4,5 milhões de imigrantes no estado, a maioria dos quais falantes de espanhol. Essa tendência é vista também em alguns dos outros estados da região. Se você partir de Phoenix, no Arizona, e atravessar as planícies do deserto na direção da fronteira, a cerca de 290 quilômetros de distância, quanto mais ao sul chegar, mais espanhol irá ouvir, e mais hispânica será a vida a sua volta. Considerando o crescimento dessa tendência, é possível que dentro de algumas décadas vários estados concedam à língua espanhola igualdade

legal à língua inglesa como idioma oficial nas escolas e no sistema governamental. No nível federal, os Estados Unidos não têm língua oficial, mas em trinta dos cinquenta estados ela está atualmente arrolada como inglês. No entanto, alguns estados, inclusive o Texas e o Novo México, já usam tanto o inglês quanto o espanhol em documentos governamentais e outros inevitavelmente seguirão o exemplo com o decorrer dos anos. À medida que a língua e a cultura espanhola se tornarem cada vez mais dominantes, algumas regiões poderão começar a reivindicar uma autonomia ainda maior em relação ao sistema federal. Talvez leve décadas para que isso ocorra, mas é uma possibilidade muito real; a história está repleta de exemplos de Estados-nações que evoluíram dessa maneira.

Por isso, algumas partes do eleitorado americano estão preocupadas com a possibilidade de, com as mudanças demográficas, os Estados Unidos deixarem de ser um país anglófono de maioria branca, e essa é uma das questões que impelem a política americana de Trump. O nativismo parece ter chegado a um ponto culminante, e a construção de um muro concreto simbolizaria um período particular na história americana. Mas é importante compreender que a fronteira dos Estados Unidos com o México é problemática há muito tempo. Sua rota atual foi mapeada após o Tratado de Guadalupe Hidalgo, de 1848, que pôs fim à Guerra Mexicano-Americana. Não é inconcebível que, um dia, a fronteira possa voltar a mudar.

Onde exatamente se situa a linha divisória se tornou uma questão de segurança nacional após a Compra da Louisiana, em 1803, que trouxe o sistema do rio Mississippi, que desaguava no porto crucial de New Orleans, para dentro dos Estados Unidos. Na época, os espanhóis controlavam o Texas como parte da “Nova Espanha”, o que então se tornou uma preocupação para os americanos, pois significava que uma força militar potencialmente hostil poderia se aproximar de New

Orleans o suficiente para atacar. Eles queriam controlar a região. Os americanos afirmavam que o Texas fazia parte da Compra da Louisiana; a Espanha discordava, mas estava numa posição fraca desde o início. Segundo um censo espanhol de 1793 havia menos de 5 mil colonos não nativos americanos no Texas. A Espanha ficava muito longe, as guerras europeias a haviam tornado uma potência enfraquecida e os Estados Unidos eram vizinhos do Texas, com ambições de se expandir.



5. Fronteira Estados Unidos-México em 1819 e em 2017, com as cercas existentes.

EM 1819, COMO PARTE DAS NEGOCIAÇÕES subsequentes, os dois países concordaram que a Flórida iria para os Estados Unidos e que a Espanha continuaria a controlar o Texas, com os Estados Unidos desistindo de



qualquer reivindicação à área. Entretanto, em 1821, o México conquistou a independência da Espanha e reivindicou o Texas como parte de seu território. Ainda em grande desvantagem numérica com relação à população indígena na época, o México sentia que a maior ameaça à sua hegemonia era a nação comanche, e por isso sua prioridade era aumentar a população do Texas, de forma a consolidar seu controle — mas isso acabou por acarretar o resultado oposto.

Pensando que uma maior população americana funcionaria como um tampão entre os comanches e seus próprios colonos e seria facilmente absorvida na população, o governo deu todos os tipos de incentivos para atrair colonos dos Estados Unidos bem como do México para a região. De fato, três anos após a chegada, eles receberiam cidadania mexicana. No entanto, os novos imigrantes resistiram a certos aspectos da cultura mexicana e não se integraram como o governo esperava. Dois obstáculos em particular se interpuseram no caminho: a religião e a escravidão.

Em sua maior parte, os americanos que chegavam eram protestantes, alguns deles devotos, e não estavam dispostos a abraçar o catolicismo, que o México insistia que deveria ser a única religião do território. Muitos deles eram também senhores de escravos, ao passo que o México apoiava a abolição da escravatura, tornando-a ilegal em 1829. Ao identificar o problema, o México tentou limitar a imigração, mas as pessoas continuaram a chegar ilegalmente, e, em 1834, superavam os colonos mexicanos numa proporção de quase dez para um. A crescente hostilidade foi muito conveniente para Washington, d.c., que encorajou uma insurreição contra o governo mexicano; em consequência, o Texas se declarou uma república em 1836. Em seguida, tentou se unir aos Estados Unidos, mas durante vários anos Washington negou o pedido. Havia dois problemas principais. Primeiro, fora de fato criada uma zona-

tampão entre New Orleans e o México, e não se considerava que valia a pena perturbar os mexicanos. Segundo, a União estava em tumulto por causa da escravidão, e o Texas era um estado escravocrata. Entretanto, em 1845, Washington concordou: o Texas se tornou o vigésimo oitavo estado, e a fronteira meridional dos Estados Unidos agora chegava ao rio Grande.

Em seguida, os Estados Unidos continuaram a avançar para o oeste, desencadeando a Guerra Mexicano-Americana. Em 1846, uma escaramuça ao longo do rio Grande foi o estopim. A guerra durou até 1848, e, quando terminou, o México perdeu cerca de um terço de seu território no Tratado de Guadalupe Hidalgo, incluindo a quase totalidade dos atuais Novo México, Arizona, Nevada, Utah e Califórnia. E foi isso. O México era fraco, os Estados Unidos eram fortes. Mas essa situação não vai durar necessariamente para sempre. As fronteiras já mudaram uma vez e poderiam mudar de novo. Os americanos sabem disso: faz muito tempo que eles vêm se barricando ao longo de sua fronteira meridional, e isso não é unicamente uma característica republicana.

Após o fim da Guerra Mexicano-Americana, em 1848, foi feito um esforço de seis anos para inspecionar e estabelecer a linha fronteira entre as duas nações, mas, de início, apenas 52 marcadores de limite demarcavam a fronteira de quase 3,2 mil quilômetros, e a linha era, de modo geral, apenas casualmente respeitada. Durante os anos da Lei Seca (1920-33), contudo, houve um acentuado aumento do contrabando de álcool a partir do México, e, para combater o problema, foi criada a Agência de Patrulha de Fronteiras dos Estados Unidos, em 1924. Um ano depois, a cidade de El Paso foi encorajada a construir uma “cerca de arame farpado à prova de porcos, da altura de um cavalo e à prova de contrabandistas de bebidas alcoólicas”. Claro que eles nunca conseguiram estancar inteiramente o fluxo de bebidas alcoólicas ilegais

através da fronteira — afinal, era um negócio muito lucrativo. À medida que o século foi avançando, a Lei Seca terminou, mas o tráfego de produtos ilegais através da fronteira, não. Os americanos começaram a aumentar seu consumo de drogas, assim, em vez de álcool, quantidades cada vez maiores de maconha, heroína e cocaína eram enviadas para atender à demanda, e ao mesmo tempo números crescentes de pessoas rumavam para o norte, em busca de trabalho.

A Grande Depressão foi um momento decisivo para o fluxo de migrantes do México para os Estados Unidos. Com sérios problemas econômicos em toda parte, a questão dos imigrantes tirando empregos dos americanos se tornou central, e os mexicanos foram especialmente visados — durante a Repatriação Mexicana, algo entre 500 mil e 2 milhões de pessoas foram deportadas para o México, muitas das quais eram na realidade cidadãos americanos nascidos no país. Os Estados Unidos mudaram sua estratégia depois que ingressaram na Segunda Guerra Mundial; com a maioria dos trabalhadores americanos absorvida pela economia de guerra, a partir de 1942 houve um esforço combinado para atrair trabalhadores, em particular para indústrias agrícolas, a fim de servir uma florescente América pós-guerra, uma tendência que continuou até meados dos anos 1960.

A política governamental em relação à imigração mudou de novo quando a retração econômica e a migração crescente se traduziram em apelos renovados por medidas de contenção da imigração, e as barreiras começaram a se elevar para valer. Em 1978, o Serviço de Imigração e Naturalização (SIN) lançou uma licitação para duas cercas de 3,65 metros de altura, encimadas com arame farpado, a serem construídas no Texas. Um empreiteiro de Houston garantiu ao SIN que seus projetos iriam “decepar os dedos dos pés de quem quer que tentasse escalá-los”, devido ao gume do arame laminado que ele iria fornecer. Já tinha havido um

aumento na construção de cercas, mas essa declaração específica atraiu atenção e indignação nacional, com críticos apelidando o projeto de “Cortina de Tortilhas”. A questão já estava na consciência nacional, mas o incidente ajudou a elevar ainda mais a percepção pública — e ela vem crescendo desde então.

A construção de cercas continuou, ainda que com menos celebração da amputação de dedos, mas os níveis de imigração não se reduziram de maneira perceptível. Em 1986, o presidente Ronald Reagan fez um acordo: cerca de 3 milhões de imigrantes ilegais que estavam vivendo nos Estados Unidos desde antes de 1982 foram “anistiados”. Em troca, o Congresso aprovou regulamentos mais rigorosos para impedir que as empresas contratassem imigrantes ilegais, bem como para que tivessem segurança reforçada nas fronteiras.

No curso dos anos seguintes, barreiras adicionais foram construídas, mas com um orçamento limitado e ocasionalmente usando materiais que tinham sobrado da Guerra do Vietnã, como lâminas de aço perfuradas, que eram usadas como pistas de pouso provisórias para aviões. Um trecho de muro no sul da Califórnia foi construído usando dezenas de milhares dessas lâminas de metal, mas, para cortar custos, elas foram erguidas horizontalmente, em vez de na vertical. Cobriram mais terreno, mas a barreira ficou então mais baixa, é claro, e como as lâminas eram corrugadas também forneciam providenciais pontos de apoio para quem quisesse uma ajudinha para escalá-las. Quaisquer que fossem as cercas erguidas, as pessoas sempre conseguiam transpô-las com relativa facilidade. Os funcionários da Patrulha de Fronteiras começaram a pensar nas várias barreiras simplesmente como uma maneira de reduzir a velocidade com que as pessoas podiam entrar nos Estados Unidos, tornando assim mais fácil apanhá-las, mas não como um meio de impedi-las de entrar.

No início dos anos 2000, com George Bush na presidência e na esteira

do Onze de Setembro, o governo dos Estados Unidos lançou um programa completo de fortificação das fronteiras, impondo um grau de separação sem precedentes ao longo da maior parte dela. O Congresso aprovou a Lei da Cerca Segura, concordando que poderia construir mais 1126 quilômetros — entre os que votaram a favor da medida estavam Hillary Clinton e Barack Obama; mas, mesmo depois desses melhoramentos e com apoio interpartidário, a cerca era, como a descreveu em 2008 o porta-voz da Patrulha de Fronteiras Mike Scioli, pouco mais que “um quebra-molas no deserto”.

Quando o presidente Obama chegou à Casa Branca, havia mais de novecentos quilômetros de barreira, e ele continuou construindo — estendendo a cerca, duplicando-a em algumas regiões, às vezes até triplicando-a. Durante seu mandato, houve um fluxo constante de remoções forçadas de imigrantes ilegais e um aumento do número de pessoas impedidas de entrar nos Estados Unidos. Isso não deveria constituir uma grande surpresa, dado seu discurso ao Senado em abril de 2006, quando ele descreveu o sistema de imigração como “rudimentar”, permitindo um “fluxo de ilegais” para os Estados Unidos.

O povo americano é um povo acolhedor e generoso. Mas aqueles que entram em nosso país ilegalmente, e aqueles que os empregam, desrespeitam o Estado de direito. E como vivemos numa era em que terroristas estão desafiando nossas fronteiras, simplesmente não podemos permitir que pessoas entrem em grande quantidade nos Estados Unidos sem ser detectadas, sem documentos e de maneira não controlada. Os americanos têm o direito de exigir melhor segurança nas fronteiras e melhor cumprimento das leis de imigração [...]. E, antes que qualquer trabalhador visitante seja contratado, o emprego deve ser disponibilizado para americanos a um salário decente com benefícios.

Obama adotou um tom mais suave quando pediu que fosse permitido a imigrantes sem documentos sair das sombras e “trilhar um caminho rumo à plena participação em nossa sociedade [...] não só por razões humanitárias; não só porque essas pessoas, tendo violado a lei, o fizeram pelo melhor dos motivos, tentar proporcionar uma vida melhor para seus filhos; mas também porque é a única maneira prática de conseguirmos lidar com a população que está dentro de nossas fronteiras neste momento”. Essa foi uma abordagem pragmática do problema, reconhecendo as dificuldades envolvidas na identificação e deportação de imigrantes que já estavam lá e abrindo espaço para eles ficarem, mas ao mesmo tempo aceitando que a imigração ilegal era um problema e tomando medidas para deter a “torrente”.

Contudo, o sucesso de todas as tentativas de Obama e seus predecessores de erguer barreiras ao longo da fronteira para estancar o fluxo de imigrantes é questionável. A população migrante não autorizada de fato caiu de 12,4 milhões em 2007 para 11,1 milhões em 2011, mas é difícil determinar exatamente que porcentagem pode ser atribuída às barreiras, ao aumento das deportações ou a mudanças das condições econômicas.

Parte do problema é que ainda há oportunidades nos Estados Unidos — não só para os que procuram emprego, mas também para empregadores inescrupulosos propensos a explorar seus trabalhadores, e aqui enfrentamos um aspecto da hipocrisia por trás de alguns dos argumentos anti-imigrantes. Diversas empresas americanas, grandes e pequenas, empregam um enorme contingente de imigrantes ilegais, pagam-lhes pouco, não lhes dão nenhum direito legal e escondem sua presença das autoridades. O governo poderia começar a prender equipes de gestão americanas que contratam imigrantes ilegais deliberadamente. Quão popular seria essa medida junto às empresas que dependem de

mão de obra barata para contratos de construção e colheita de frutas é outra questão.

Em última análise, são muito poucas as barreiras impenetráveis. As pessoas são engenhosas, e as suficientemente desesperadas vão encontrar uma maneira de contorná-las. Barreiras adicionais apenas empurram possíveis imigrantes ilegais para áreas despovoadas e não vigiadas cada vez mais distantes. Estas em geral ficam no deserto e precisam ser cruzadas a pé, o que significa que milhares de pessoas morrem em consequência da exposição ao clima para chegar à Terra Prometida.

Há uma ironia em tentar construir algo que pode parecer resolver o problema de como impedir as pessoas de entrarem, mas ao mesmo tempo as impede de sair. Na verdade, muitas pessoas entram nos Estados Unidos legalmente, com visto de turista. Na década atual, mais da metade dos que atravessaram do sul para o norte ficaram por lá; no entanto, um muro torna mais difícil para elas voltarem para casa depois que se tornaram “ilegais”. Se você estiver trabalhando ilegalmente em, digamos, Phoenix, mesmo que as coisas não estejam indo bem para você há pouco incentivo para tentar voltar, sabendo que pode ser preso na saída.

Outra ironia em toda essa situação é que o México tem suas próprias leis de imigração muito rigorosas, e deporta anualmente mais pessoas que os Estados Unidos. Sua política de imigração é sustentada pela Lei Geral da População de 1974, que estipula que as pessoas que desejam entrar no país podem ser repelidas se sua presença perturbar “o equilíbrio da demografia nacional”. As leis dos Estados Unidos são duras com os estrangeiros, mas as do México são mais. Por exemplo, se você for pego no México sem autorização uma segunda vez, pode enfrentar até dez anos de cadeia. Políticos republicanos nos Estados Unidos se deleitam em recordar essas leis aos seus colegas mexicanos. Alguns

caçam deles sugerindo que todos os três países que fazem parte do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta) têm as mesmas leis de imigração, mas se baseiam nas do México.

As políticas de imigração dos Estados Unidos foram também influenciadas pelo aumento de incidentes terroristas nos Estados Unidos e em todo o mundo ocidental. Trump reagiu com uma posição mais severa em relação à imigração que seus predecessores, com proibições a viagens, o muro e uma política de deportar e desencorajar. Se alguma dessas coisas ajuda é discutível, em particular no que diz respeito ao muro. Para começar, não há evidências de que terroristas tenham entrado nos Estados Unidos pela fronteira com o México — o Departamento de Segurança Interna deu várias declarações que contradizem as alegações de ameaças a partir do sul da fronteira; em 2014, por exemplo, ele atestou que não tinha “nenhuma informação crível que sugerisse que organizações terroristas estejam planejando ativamente transpor a fronteira sudoeste”.

São poucas também as informações (pelo menos de domínio público) que indicam a existência de uma grande ameaça em permitir a entrada de refugiados no país. Alex Nowrasteh, um especialista em imigração do Cato Institute, um *think tank* libertário sediado em Washington, d.c., pesquisou ataques terroristas nos Estados Unidos nas últimas quatro décadas, e concluiu que dos 3,25 milhões de refugiados cuja entrada foi permitida nesse período apenas vinte tinham sido condenados por tentar ou cometer terrorismo em solo americano, e “apenas três americanos foram mortos em ataques cometidos por refugiados — todos por refugiados cubanos nos anos 1970”. De fato, desde o Onze de Setembro mais de 80% dos envolvidos em incidentes terroristas eram cidadãos ou residentes legais dos Estados Unidos.



Bill Clinton ressaltou que a difusão de ideias não podia ser detida por muros, usando como exemplo o incidente terrorista de 2015 em San Bernardino, na Califórnia, em que catorze pessoas foram mortas e outras 22 feridas. O ataque foi realizado por Syed Rizwan Farook e Tashfeen Malik, que haviam sido convertidos ao islã radical nas redes sociais — Farook nascera nos Estados Unidos e era um residente permanente legal. Clinton comentou: “Podemos construir um muro através da nossa fronteira com o Canadá também. Criar quebra-mares gigantescos ao longo do Atlântico e do Pacífico [...]. Podemos enviar toda a Marinha dos Estados Unidos para a costa do Golfo e impedir que qualquer pessoa entre lá. Poderíamos usar todos os aviões da Força Aérea para impedir que aeronaves pousem. Ainda assim, não conseguiríamos conter as redes sociais”. Ele tinha razão, mas o presidente Trump não se deixou convencer pelo conselho. Afirmer que é difícil policiar as redes sociais ou que terroristas não entram ilegalmente nos Estados Unidos pela fronteira mexicana tem menos ressonância emocional que os benefícios de um muro físico.

O que de fato continua a fluir através da fronteira são produtos ilegais — e essa é uma via de mão dupla. Drogas fabricadas no México podem ser vendidas por muitas vezes mais que seus custos de produção, porque milhões de americanos estão dispostos a pagar muito dinheiro por sua substância ilegal preferida. Seguindo na outra direção, armas compradas legalmente nos Estados Unidos podem ser vendidas no México por preços altíssimos. As evidências sugerem, contudo, que barreiras fazem pouco para interferir no comércio, e que de fato mais drogas chegam pelos postos de controle oficiais do que atravessando o deserto — é mais barato para traficantes subornar um funcionário que organizar uma corrida por terras patrulhadas ou cavar um túnel. É exatamente por isso que os chefes de gangues lutam entre si pelo controle das cidades fronteiriças muradas. Ganhe a cidade, e você ganhará acesso aos

funcionários. Contrabandistas de armas e drogas são muitas vezes bandidos assassinos de sangue-frio, mas são também homens de negócios.

Faria sentido para os dois países trabalharem juntos nessa questão, não só para controlar o movimento de pessoas, produtos e substâncias ilegais mas para estimular o comércio e a prosperidade econômica na região. México e Estados Unidos são lugares muito diferentes em termos de língua, cor da pele, religião, clima e história, mas os dois estão cada vez mais ligados pela economia, e se tem uma coisa capaz de atravessar barreiras é a motivação do lucro. E embora haja muitas maneiras de evitar imigração indesejada, uma coisa é certa: uma economia vibrante e florescente ao sul do rio Grande faria mais para reduzir o fluxo de entrada que um muro, pois menos pessoas se dariam ao trabalho de atravessar a fronteira em busca de trabalho.

Consideremos a indústria automobilística no local, que se tornou conhecida como a Região do Superaglomerado Automotivo Texas-México. Há 27 montadoras de veículos no Texas e em quatro estados mexicanos próximos da fronteira que dependem umas das outras para produzir modelos finalizados. Trabalhando juntas, elas conseguiram estabelecer uma indústria bem-sucedida na região em ambos os lados da fronteira, criando empregos, encorajando a inovação e estimulando as economias locais. Assegurar que arranjos como esses possam continuar desimpedidos é do maior interesse de ambos os países.

Apesar disso, nos dois primeiros anos da presidência de Trump, os Estados Unidos continuaram a se retirar lentamente do modelo multilateral de relações internacionais, destruindo acordos comerciais, elevando tarifas sobre produtos estrangeiros, pressionando para renegociar o Nafta e lançando dúvida sobre o compromisso com a Otan. A sabedoria desses movimentos é discutível, o que não é discutível é que só os Estados Unidos podem fazer isso. Eles constituem

aproximadamente 22% da economia mundial. E o que é mais importante, podem se dar ao luxo de cortar relações porque exportam apenas cerca de 14% de seu PIB, segundo o Banco Mundial, e 40% disso vai para os vizinhos México e Canadá, de modo que, ainda que as guerras comerciais globais custem caro para os Estados Unidos, eles são a única grande potência que pode absorver as perdas potenciais de se retirar da globalização sem se pôr em grave perigo a curto prazo.

Entretanto, a história sugere que o isolacionismo pode prejudicar os Estados Unidos a longo prazo; todas as vezes que eles se fecharam sobre si mesmos, acabaram por ser atraídos de volta, e nem sempre quando estavam preparados para isso. Os prós e contras do isolacionismo são um dos muitos conflitos dentro do discurso americano, num momento em que a grande República parece estar dividida de muitas maneiras.

ENTÃO, será que o grande e belo muro de Trump vai ser construído?

“Armas, drogas, imigrantes ilegais” — esses podem ser termos emocionalmente carregados no diálogo político, e as pessoas querem soluções para os problemas, de modo que mesmo depois de ingressar na Casa Branca o presidente Trump manteve a bravata, dizendo à Associação Nacional de Rifles: “Vamos construir o muro. Não há a menor dúvida. Essa é fácil de responder”, e assegurando a seus apoiadores: “Nem que tenhamos de fechar o governo, vamos construir o muro”.

Trump talvez não conheça o velho ditado inglês “Belas palavras não passam manteiga em pastinacas” (não se consegue nada com promessas ocas ou bajulação), mas ele certamente se aplica aqui. E apesar da retórica antes e depois das eleições, o conceito do muro de Trump se chocou com problemas sobre os quais ele havia sido advertido, os mesmos que seus predecessores tiveram com controle de fronteiras:

política, orçamento, lei estadual, lei federal, meio ambiente e tratados internacionais. Por exemplo, tanto o México quanto os Estados Unidos têm cópias do documento que assinaram em 1970, prometendo solenemente manter a planície aluvial do rio Grande aberta. O presidente Obama foi em frente e construiu cercas mesmo assim, mas os termos do tratado obrigaram que a barreira avançasse tanto para dentro dos Estados Unidos que tiveram de construí-la com imensas lacunas para permitir que americanos chegassem a suas casas. Foi uma falha de projeto logo percebida por latino-americanos em busca de maneiras de entrar ilegalmente na Terra dos Livres.

Cidadãos particulares são donos de aproximadamente dois terços das propriedades e terras da fronteira meridional. Muitos deles não querem um enorme muro de concreto em seus quintais, e podem tomar medidas legais para impedir que ele seja construído. Se o Estado comprar a terra, os proprietários deverão receber “justa compensação”, e decidir qual deveria ser essa compensação pode significar um processo demorado. Tribos indígenas americanas podem igualmente recorrer à justiça, o que já fizeram. Por exemplo, a nação Tohono O’odham possui terras que abarcam ambos os países e foi aos tribunais para evitar que elas sejam divididas.

A própria paisagem apresenta obstáculos adicionais. A fronteira se estende por 3200 quilômetros do oceano Pacífico até o golfo do México, passando pela Califórnia, o Arizona, o Novo México e o Texas. Um muro poderia ser construído ao longo de no máximo 1600 quilômetros, com obstáculos naturais como terreno íngreme, leito de rocha e água interpondo-se no caminho ao longo do restante da rota.

Mesmo assim, os números que estão sendo divulgados sobre o projeto são tão imensos que mal fazem sentido para a maioria de nós. Escolha um número, qualquer número, depois acrescente um pouco mais, porque ninguém sabe ao certo quanto um muro custaria — além